

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2024-06-18

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Carvalho, T. (2023). Partidos políticos e o ciclo de protesto anti-austeridade em Portugal. In André Freire, Guya Accornero, Viriato Queiroga, José Santana Pereira, Maria Asensio e Helena Belchior Rocha (Ed.), *Da austeridade à pandemia: Portugal e a Europa entre as crises e as inovações*. (pp. 203-218). Lisboa: Mundos Sociais.

Further information on publisher's website:

<https://observatorio-democracia.pt/livros/>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Carvalho, T. (2023). Partidos políticos e o ciclo de protesto anti-austeridade em Portugal. In André Freire, Guya Accornero, Viriato Queiroga, José Santana Pereira, Maria Asensio e Helena Belchior Rocha (Ed.), *Da austeridade à pandemia: Portugal e a Europa entre as crises e as inovações*. (pp. 203-218). Lisboa: Mundos Sociais.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Partidos Políticos e o Ciclo de Protesto Anti-Austeridade em Portugal

Tiago Carvalho

Introdução

Os partidos e os movimentos sociais tendem a ser pensados como arenas diferenciadas de ação política. Se à primeira correspondem formas de ação política ligadas a partidos políticos e instituições, à segunda associam-se formas de ação política ligadas à sociedade civil, isto é, aos chamados atores não institucionais. Em específico, no que diz respeito à literatura dos movimentos sociais, tende-se a pensar a ligação com os partidos de forma quase exclusivamente unidirecional, isto é, o modo como os movimentos sociais enquanto atores extrainstitucionais canalizam as suas reivindicações e exercem pressão sobre partidos políticos (Kitschelt, 1993; Tarrow, 1989). Este tipo de relação apresenta-se sob duas formas: por um lado, os partidos políticos canalizam o descontentamento expresso nas ruas pelos movimentos sociais, levando ao esbatimento dos níveis de protesto (Koopmans, 2004; Tarrow, 1989, 1993); por outro, de forma alternativa, os movimentos podem eles próprios institucionalizarem-se e tornarem-se partidos políticos (Tarrow, 1989). Não negando estes processos e relações entre atores, na última década desenvolveram-se novas linhas de investigação que procuram discernir outros tipos de relações entre estes atores. Assim, tem-se perscrutado não só o surgimento de atores políticos híbridos que combinam características de partidos políticos e movimentos sociais, ao mesmo tempo que se tem procurado estudar o papel dos partidos políticos nos protestos (Borbáth e Hutter, 2020; della Porta et al., 2017; Heaney e Rojas, 2015; Peña, 2020).

Assim, várias propostas têm procurado inverter a relação acima citada, ou colocar partidos e atores institucionais como atores chave no desenvolvimento de ciclos de mobilização. Estas reflexões e trabalhos têm ajudado a romper com a divisão por vezes artificial entre atores institucionais e não-institucionais, ao mesmo tempo que questionam a ideia dos partidos políticos como agentes passivos e unicamente responsivos a atores não-institucionais. Contudo, como se procurará fazer neste texto, falta ainda enfatizar as dinâmicas contextuais, processuais e relacionais. Deste modo, inspirado por uma análise que combina elementos de perspectivas de cariz estruturais e integracionistas (Goldstone, 2015; Jasper, 2015; Tilly e Tarrow, 2015), nas próximas páginas apresenta-se uma análise que terá em conta as estruturas de oportunidades presentes ao longo das ondas de mobilização, e que olhará para as arenas de protesto como correntes de interação e onde

“bastidores” desempenham um papel importante no desenvolvimento das diferentes fases de protesto. Para além disso, como sugere Goldstone (2015), a relação entre os atores institucionais e não institucionais é menos nítida e menos clara do que seria de esperar, uma vez que tal relação é mutuamente dependente e profundamente entrelaçada. Por conseguinte, precisamos de uma abordagem em que "não haja linhas claras que separem os papéis dos desafiantes (manifestantes ou ativistas de movimentos sociais), dos incumbentes (aqueles que estão envolvidos na aceitação rotineira e na adesão à política definida por um campo político), e das unidades de governação (agentes ou instituições do Estado)" (Goldstone, 2015, p. 227, minha tradução). De facto, poderia salientar-se que a arena política está repleta de uma variedade de atores que não se enquadram nos modelos tradicionais, implicando uma cadeia mais complexa de interações entre eles (Piccio, 2016a, 2016b).

Em linha com esta literatura, neste capítulo exploro qual o papel que os partidos políticos de esquerda em Portugal tiveram não só na definição da arena de protesto anti-austeridade, assim como na trajetória que o ciclo de protesto seguiu entre 2009 e 2015. Este foi um dos períodos de maior conflitualidade em democracia em Portugal, para o qual se mobilizaram movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos contra as medidas de austeridade em curso (Accornero e Ramos Pinto, 2015; Baumgarten, 2013; Carvalho, 2022; Carvalho e Accornero, no prelo; T. Fernandes, 2016). No contexto da Europa do Sul, se a literatura cobriu de forma sistemática as mobilizações dos vários ciclos de protesto (Carvalho, 2022; della Porta et al., 2016; Portos, 2021), fê-lo sem, contudo, explorar qual o papel dos partidos políticos na definição das trajetórias do ciclo de protesto nos diferentes países (para além dos processos de institucionalização) (della Porta et al, 2017). Neste sentido, quanto a Portugal, a literatura mostra que, quando comparado com Espanha ou Grécia, este país exibe um perfil claramente distinto em que atores institucionais dominaram o protesto e estruturas de mobilização (Carvalho e Accornero, no prelo; Carvalho, 2022), ainda que não seja inteiramente claro como as relações entre atores institucionais e não institucionais se deram. Assim, os objetivos deste capítulo passam por aferir que papel tiveram os partidos políticos de esquerda nestas mobilizações.

Ao longo deste capítulo, argumentar-se-á que os partidos de esquerda - Partido Comunista Português e Bloco de Esquerda - tiveram um papel importante na definição do ciclo de protesto. Analisando as diferentes fases deste ciclo, argumentarei que a arena de protesto se encontrava inicialmente dividida em torno dos partidos políticos e dos seus

atores satélite. Se inicialmente os partidos políticos procuraram influenciar estas mobilizações, numa segunda fase estas reuniram-se numa plataforma unitária (Que se Lixe a Troika). Deste modo, procurar-se-á demonstrar que o surgimento do QSLT resulta de um processo de interações prévias entre os vários atores ao longo do ciclo de protesto em que os partidos políticos têm uma ação importante. Assim, este processo revela uma história complexa de interações que não se pode reduzir simplesmente ao binómio *insider-outsider* usualmente utilizado na literatura dos movimentos sociais (Goldstone, 2003, 2004, 2015).

Neste capítulo, distingue-se entre atores e protesto presentes na esfera pública e a estrutura de mobilização subjacente a estes mesmos processos. Estes constituem dois níveis analíticos importantes na substanciação da análise do processo, como se poderá ver mais adiante. Para isto, utiliza-se a técnica da análise de eventos de protesto (Hutter, 2014), focando os eventos que tomaram lugar entre 2009 e 2015, o que levou à codificação de 1345 eventos.¹ Para além disso, foram realizadas 21 entrevistas com membros de partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais presentes no ciclo de protesto anti-austeridade em Portugal. Estes dados permitem uma análise detalhada dos papéis desempenhados por diferentes atores, assim como das interações entre estes. Se a análise dos eventos mapeia as tendências de protesto no que diz respeito aos principais atores, repertórios e reivindicações, as entrevistas foram importantes para compreender as dinâmicas de mobilização, em particular as interações entre atores institucionais e não institucionais.

Nas secções seguintes, procurarei delinear o papel que os partidos políticos tiveram no ciclo de protesto em duas fases. Na primeira, far-se-á uma avaliação do ciclo de protesto como um todo, para depois discutir o trajeto entre as mobilizações do Geração à Rasca até ao Que se Lixe a Troika.

Mobilizações sobre o signo da austeridade

¹ A análise de eventos de protesto é uma técnica de recolha de dados que se desenvolveu no campo dos movimentos sociais. É uma técnica que se foca na recolha sistemática de dados de protesto de uma ou mais fontes. Constitui, assim, uma análise de dados quantitativa em que “transforma palavras em números” e a partir dos quais é possível entender “como os protestos variam com a mudança no ambiente” (Hutter, 2014, p. 336, tradução minha). Para esta investigação trabalho utilizou-se como fonte empírica a edição eletrónica do jornal Diário de Notícias.

Os protestos não se distribuem aleatoriamente, mas antes agrupam-se em períodos temporais específicos (Tarrow, 1989). O ciclo de protesto anti-austeridade em Portugal não foi diferente. Entre 2011 e 2013, assistiu-se à maior onda de protestos desde o período revolucionário dos anos 1970. No entanto, como muitas pesquisas apontam, no seio da onda de 'movimentos de crise' que varreram o mundo neste período, o ciclo anti-austeridade português apresentou particularidades quando comparado com o de outros países do sul da Europa, nomeadamente por ter sido um “ciclo de protesto intermitente marcado por vários picos, grandes eventos organizados esporadicamente por movimentos sociais, e atividade contínua de sindicatos que foram dominantes em todas as fases do processo” (Carvalho e Accornero, no prelo, minha tradução). Para além deste padrão *stop-and-go*, a arena de protesto anti-austeridade envolveu a interação entre vários atores, tais como movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Outra característica relevante dos protestos anti-austeridade em Portugal é que, ao contrário da Espanha ou da Grécia, as reivindicações por uma 'democracia real' dirigidas especificamente ao sistema político nunca se tornaram dominantes, sendo a precariedade e a austeridade os temas dominantes (Carvalho, 2022). Dito de outra forma, as reivindicações nunca saíram da esfera dos direitos sociais e económicos e da defesa do regime nascido da transição para a democracia. Na verdade, a transição para a democracia e a sua constituição foram um referente comum aos enquadramentos elaborados por diferentes atores anti-austeridade (Accornero e Ramos Pinto, 2015; Baumgarten, 2017; Carvalho, 2022; Carvalho e Ramos Pinto, 2019; T. Fernandes, 2016; Fishman, 2019)

Figura 1. Número de Protestos em Portugal por Ano

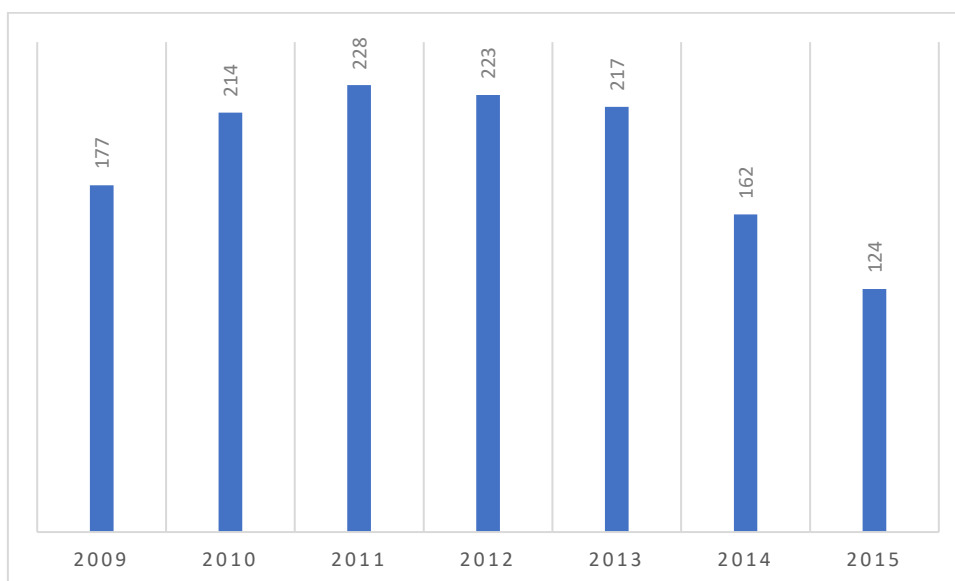
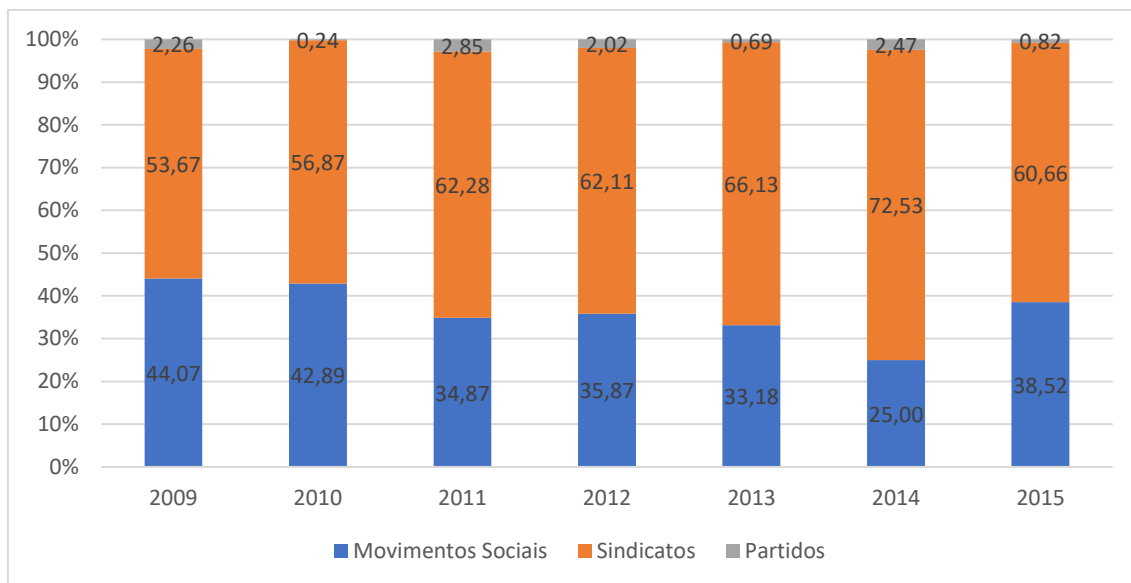


Figure 2. Organização de Eventos de Protesto por tipo de Ator e Ano



Como pode ser visto nas figuras acima, os anos de 2010 a 2013 foram marcados por um crescimento do número total de protestos em Portugal. Para além disso, destaca-se a predominância dos sindicatos enquanto atores de protesto, sendo que os partidos políticos apresentam percentagens bastante diminutas. Como se verá nas seções seguintes, a ação dos partidos políticos, apesar de importante, acontece sobretudo no que anteriormente se designou como bastidores.

Podem identificar-se cinco fases do ciclo de protesto em Portugal, tendo em conta os principais atores e as suas reivindicações. Numa primeira fase, prévia à implementação de austeridade, do eclodir da crise financeira em 2008 até 2011, encontramos mobilizações iniciais por parte de grupos anti precariedade, assim como greves gerais (as primeiras em décadas) que contestaram a implementação de medidas de austeridade em 2010. Em 2011, dá-se um ponto de viragem com o protesto do Geração à Rasca, que constitui o primeiro evento por parte de movimentos sociais a mobilizar de forma massiva a sociedade civil. Durante este ano, podem identificar-se ainda eventos como a Acampada do Rossio e a manifestação de 15 de outubro. Apesar desta atividade, a primeira metade do ano de 2012 é marcada pela fraca atividade dos movimentos sociais (apenas com eventos de pequena dimensão e esporádicos) em contraste com a atividade de protesto sindical, que se destaca. Uma quarta fase inicia-se após o verão desse ano, com o surgimento do grupo Que se Lixe a Troika e envolve várias alianças estratégicas entre atores institucionais e não institucionais. Na última fase, a desmobilização aconteceu em simultâneo com processos eleitorais vários tais como autárquicas, europeias e legislativas que levaram um a nova geometria no parlamento português com um pacto parlamentar

entre o Partido Socialista e os partidos à sua esquerda (de Giorgi e Santana-Pereira, 2016; J. Fernandes et al., 2018; Freire e Pereira, 2016).

Nas secções seguintes irei analisar e focar-me, sobretudo, nas interações entre atores ao longo do ciclo de protesto entre o ponto de viragem que se dá com o protesto do Geração à Rasca em 2011, até à desmobilização do Que se Lixe a Troika em meados de 2013.

Do Geração à Rasca ao Desaparecimento dos Movimentos (2010-2012)

Em março de 2010, pressionado pelos mercados financeiros e pela UE na sequência da crise financeira grega, o governo do Partido Socialista aprovou as primeiras medidas de austeridade, com mais medidas de contração orçamental (também conhecidos como Planos de Estabilidade e Crescimento - PEC) a serem aprovadas nos meses seguintes. Entre o primeiro PEC e o protesto de março de 2011 do Geração à Rasca, grande parte das mobilizações foram lideradas pela federação sindical CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses), com duas greves gerais entre 2010 (março e novembro) a marcarem este período após duas décadas sem que eventos de protesto deste tipo tivesse tomado lugar (Accornero e Ramos Pinto, 2015).

Após a segunda greve geral de novembro de 2010 o protesto intensificou-se com o surgimento de novos grupos e atingiu um pico com a manifestação da Geração à Rasca de 12 de março de 2011. Esta mobilização constituiu um ponto de viragem no ciclo de protesto, já que foi o primeiro grande evento de protesto organizado fora das estruturas formais dos sindicatos, e que introduziu novos repertórios e reivindicações que vieram a moldar os eventos subsequentes do ciclo (Baumgarten, 2013; Carvalho, 2022). Convocado por um pequeno grupo de ativistas nas redes sociais, o protesto tornou-se viral num contexto marcado pelas tentativas do governo de centro-esquerda de evitar um pedido de apoio financeiro. Os organizadores enquadraram este protesto inicial como “pacífico, secular e apartidário” e encorajaram os cidadãos a apresentarem as suas reivindicações (Soeiro, 2014). Apesar do foco do protesto ser a precariedade laboral, com o manifesto escrito para este dia de protesto centrado em direitos laborais e sociais (Accornero, 2018; Carvalho, 2022), num quadro geracional de expressão de descontentamento, os organizadores pretendiam também reforçar a democracia participativa (ainda que esta nunca tenha ganho relevância durante o ciclo de protesto).

Apesar da forte mobilização inicial, os organizadores não conseguiram dar continuidade ao protesto nos meses seguintes (Portos e Carvalho, 2019). Contudo, em maio de 2011, na sequência dos acontecimentos do 15M, ou Indignados, em Espanha,² grupos de ativistas acamparam no Rossio por várias semanas, dando início a uma campanha que levaria a um protesto em outubro desse mesmo ano. Por sua vez, esse protesto levaria à formação da plataforma 15O. Mais uma vez, apesar das tentativas de constituir estruturas de mobilização que pudessem sustentar o protesto a longo prazo, estas tentativas foram goradas não só pela incapacidade de descentralizar as suas atividades, pelo reduzido número de ativistas, mas também por conflitos internos entre diferentes fações. De facto, se inicialmente todos estavam alinhados na organização do evento, após o mesmo emerge um conflito entre autonomistas, grupos associados ao Bloco de Esquerda, e ao MAS (Movimento Alternativa Socialista) (à época ainda chamado Ruptura/FER)³, o que conduziu a que a plataforma se desagregasse. Vários grupos abandonam o 15O, procurando formas alternativas de atuação, acabando esta plataforma por ser controlada pelo grupo de pessoas associado ao MAS.

Assim, o primeiro semestre de 2012 foi marcado por uma quase ausência de protestos de movimentos sociais e um domínio das reivindicações relacionadas com austeridade e trabalho. Durante este período, a CGTP tornou-se o ator quase hegemónico na luta contra austeridade e na organização de protestos. Como observam Accornero e Ramos Pinto (2015), os movimentos anti-austeridade podem ser organizados em torno da rivalidade de longa data entre o PCP e BE. Para além disso, as ligações entre a plataforma 15O e a CGTP deterioraram-se. De facto, o 15O recusou aderir à greve geral convocada e organizada pela CGTP e UGT, levando a cabo uma marcha paralela (março de 2012). Apesar de apoiar os motivos da greve, o 15O, agora controlado pelo MAS, não apoiou os organizadores da mesma nem suas estratégias. Assim, como já foi referido, durante este período, a maioria dos grupos abandonou a plataforma devido a contradições e tensões internas, especialmente devido ao domínio e estratégias do MAS. Como resultado, neste contexto, Baumgarten (2016) aponta para que:

² Para uma análise detalhada do 15M e do ciclo de protesto em Espanha ver:(Díez & Laraña, 2017; Flesher Fominaya, 2020; Portos, 2021; Romanos, 2016). O 15M começou com uma marcha do centro de Madrid. Após este evento vários dos seus participantes acamparam na Praça do Sol, tendo sido expulsos pela polícia, o que levou a uma reação em cadeia de solidariedade por toda a Espanha com acampamentos e assembleias diárias que duraram, em algumas cidades, cerca de 2 meses.

³ Ruptura/Fer era uma das tendências minoritárias no Bloco de Esquerda. Abandonou o partido no fim de 2011 e criou o Movimento Alternativa Socialista (MAS).

"Devido à falta de continuidade do ativismo na primeira fase, os ativistas aprenderam a necessidade de trabalhar em conjunto, enquanto na segunda fase foram recordados das más experiências de trabalhar em conjunto numa plataforma. Assim, neste período, as novas tentativas de organizar protestos envolveram a criação de eventos sem estabelecer uma nova plataforma". (Baumgarten, 2016, p. 173, tradução minha)

Apesar da divergência entre os vários grupos que constituíam a plataforma 15O, uma tendência paralela de grupos autónomos emergiu com um repertório de ocupações de edifícios e espaços (Baumgarten, 2016). Para além disso, a capacidade de mobilização dos movimentos sociais diminuiu drasticamente e limitou-se à organização de pequenos eventos (como por exemplo o evento ‘Primavera Global’, que ocorreu em maio de 2012). Contudo, este foi um momento de estagnação do movimento pautado pela incapacidade de mobilização contínua, devido a conflitos, falta de recursos, tamanho e incapacidade de estabelecer vínculos com os atores institucionais. No entanto, Baumgarten (2016) argumenta que apesar do baixo grau de atividade, esse período foi central no sentido em que influenciou o modo como os grupos passaram a agir e organizar-se na fase seguinte. Assim, na próxima secção deste capítulo descreverei como este processo levou ao surgimento do movimento Que se Lixe a Troika e a uma reorganização da arena de protesto no qual os partidos, por via dos seus atores mais próximos, se envolveram.

Que se Lixe a Troika (2012-2013)

No outono de 2012, o protesto anti-austeridade atingiu um novo pico num contexto em que se dá a anulação de algumas das medidas de austeridade pelo Tribunal Constitucional, ao mesmo tempo que o Partido Socialista caminhava para posições mais críticas em relação à austeridade. Para além disso, uma nova medida proposta pelo primeiro-ministro (o imposto sobre a TSU) gerou ampla contestação não só por parte dos movimentos sociais, mas também junto de outros setores políticos e sociais (Carvalho, 2022).

Como explicitado anteriormente, apesar da pouca expressão dos movimentos durante o primeiro semestre de 2012, a arena anti-austeridade reorganizou-se nos bastidores, levando ao surgimento da plataforma Que se Lixe a Troika! (QSLT) em setembro de 2012. A plataforma foi criada por grupos associados ao Bloco de Esquerda

(e com intervenção direta do mesmo), que procurava solucionar a incapacidade de mobilização vista até então (Baumgarten, 2016; Carvalho, 2022). Os movimentos de protesto entraram numa nova fase do ciclo, que incluiu algumas das maiores manifestações da história portuguesa, a 15 de setembro de 2012 e 2 de março de 2013, ambas organizadas pela QSLT (Accornero e Ramos Pinto, 2015; Portos e Carvalho, 2019).

A 15 de Setembro de 2012, a marcha organizada por esta plataforma deu expressão a muitas das frustrações e ressentimentos com a austeridade em curso, mas também reconfigurou o panorama político: marcou a agenda política e mudou o rumo do ciclo de protesto ao introduzir novos repertórios e reivindicações. Inicialmente formado por um grupo de pessoas que subscreveu um manifesto, rapidamente o grupo, nos meses seguintes, se expandiu e trouxe para a esfera pública uma nova linguagem de contestação à austeridade. Para além disso, o protesto também conseguiu sustentar eventos de menores dimensões, mantendo sua presença mediática na internet e nos meios de comunicação tradicionais. Esta nova plataforma surgiu com o apoio do BE e, em certa medida, assegurou o apoio do eixo CGTP – PCP por via de convites a pessoas que fazem parte desse sector. De acordo com as entrevistas realizadas:

“Quando decide criar o QSLT, o BE tinha boas intenções. Partem de uma análise de que o 15O tinha destruído as relações entre vários coletivos e a possibilidade de trabalho unitário.”

“Por volta de junho, fui contactado para subscrever um manifesto do QSLT, que estava mais ou menos escrito [...] mesmo tendo em conta o protesto do Geração à Rasca, ninguém esperava o tamanho da manifestação, porque desde o início ninguém a estruturou como um movimento. Era apenas um manifesto, um grupo de pessoas que subscreveu um manifesto e estava disposto a organizar uma manifestação. Claro que sabíamos que os recursos tinham que vir de algum lado, mas também é verdade que ninguém ia lá para defender a posição de partido ou sindicato [...] já havia um *draft* [...] e que era permeado por uma sensibilidade política que poderíamos associar ao BE, que no âmbito dos movimentos sociais se traduz nos Precários Inflexíveis.”

Assim, enquanto grupo, o QSLT pretendia ter um caráter unitário que pudesse sanar muitas das disputas e críticas das mobilizações anteriores (Geração à Rasca e 15O). Na ótica do grupo, em primeiro lugar, as manifestações deviam ser uma expressão de insatisfação política, e não apenas um palco para os cidadãos expressarem o seu descontentamento, como teria acontecido com o Geração à Rasca. Em segundo lugar, abordando aquelas que na sua ótica teriam sido as falhas do 15O, consideravam que as estruturas organizacionais abertas podem levar ao controlo oportunista por pequenos grupúsculos organizados que destroem a possibilidade de trabalho coletivo. Como resultado, o QSLT deliberadamente decidiu fechar-se para evitar a possibilidade de “estratégias de infiltração” vistas anteriormente e o domínio por parte de determinadas fações. Novos membros só poderiam entrar no grupo com a concordância de todos aqueles que já pertenciam à plataforma. Portanto, o seu principal objetivo era marcar a agenda política e reanimar os protestos dos movimentos sociais, por via de uma estrutura coesa. Como me foi dito por um dos membros do grupo:

“O que acontece é que quando surge o QSLT, houve uma dupla crítica, uma ao Geração à Rasca e outra ao 15O. A crítica ao Geração à Rasca é a seguinte: não vale a pena fazer uma manifestação se não for politizada, com poucos objetivos políticos [...] todo a gente vai e pode ter ao lado um skinhead ou alguém do PSD que está insatisfeito [...] Isso é injusto porque os organizadores do Geração à Rasca não são isso, é antes a forma como era vista. Os nossos manifestos sempre foram muito politizados [...] o 15O e sua organização era aberta, qualquer um podia participar, mas, isso fazia com que pessoas fossem expulsas ou saíssem. Porquê? Porque pequenos grupos acabam por controlar e toda a gente se vai embora, porque ninguém tem paciência para discutir com eles. Portanto, criamos uma estrutura fechada, porque não pretendíamos ser democráticos, nós não representávamos às pessoas. Era um grupo ligado aos movimentos sociais e políticos. É um grupo plural, mas fechado, só os que estão a discutir.”

Muitos grupos que são satélites do BE (como por exemplo Precários Inflexíveis - PI), constituíram a base logística de organização do QSLT. Os PI foram um dos grupos mais ativos em todo o ciclo de protesto anti-austeridade, tendo desempenhado um papel crucial nos anos anteriores em termos de construção de quadros reivindicativos em torno

da precariedade (Cairns et al., 2016). À época, a sua sede e espaço cultural – Mob – no Bairro Alto constituiu um espaço importante onde muitas das ações de protesto foram organizadas. Como referido por um dos entrevistados, o QSLT constituiu uma iniciativa do Bloco de Esquerda para federar vários grupos na sua esfera de influência, mas incluindo também membros do Partido Comunista. É, assim, importante notar o “polienvolvimento” ou dupla afiliação em diferentes esferas (Almeida & van Dyke, 2014; Portos e Carvalho, 2019; Soeiro, 2014). Como nos diz Soeiro:

“Em Portugal, o campo dos movimentos sociais é particularmente diminuto e constituído por um número relativamente escasso de agentes. O que temos verificado, no caso português, é que grande parte dos organizadores destas mobilizações adquiriram as suas “competências militantes” em organizações sindicais e/ou partidárias, por terem sido, no passado, membros dessas organizações ou por acumularem, no presente, diferentes tipos de compromisso militante. Esse facto, em si mesmo, nada diz da autonomia dos movimentos relativamente à agenda de determinada organização, mas desmente uma interpretação dos diferentes “movimentos” como pertencendo a esferas e universos sociais estranhos e paralelos. Contrariando algumas simplificações do senso comum e do discurso mediático, uma análise sociológica mais fina desvenda que existe, entre as diferentes modalidades de militância, um contacto muito mais estreito do que por vezes se afirma.” (Soeiro, 2014: p.76)

Deste modo, a criação do QSLT apresenta características distintas de outros grupos durante o ciclo de protesto, sendo que a sua criação resulta do processo de interação entre os vários atores e das estratégias adotadas. Deste modo, houve uma tentativa de não repetir o que consideram como obstáculos em mobilizações precedentes. Após um período de fraca mobilização por parte dos movimentos sociais, as ações e discursos do QSLT, com apoio e sustentação de partidos políticos e alianças com a CGTP, transformaram a arena de protesto anti-austeridade, não só no que diz respeito às configurações presentes de atores assim às alianças estratégicas entre os mesmos. Para além disso, esta plataforma produziu e introduziu um discurso mais politizado que contestava não só a austeridade, mas também o governo e a Troika com recurso ao momento fundacional da democracia Portuguesa.

De acordo com algumas das entrevistas, a desmobilização deste grupo começou quase de imediato após a manifestação de março de 2013 e atingiu os seus níveis mais baixos no verão desse ano. A redução do número de protestos foi o resultado não só de disputas internas sobre estratégia política e organização, mas também da crescente desatenção prestada pelos meios de comunicação. Por exemplo, em junho de 2013, uma nova manifestação de cariz internacional foi caracterizada pelos entrevistados como um falhanço devido à fraca mobilização. No mês seguinte, seguiu-se uma crise política que levou à reformulação do governo de coligação após intervenção presidencial. Vários dos meus entrevistados referiram que a continuidade do governo teve um efeito desmobilizador já que nada parecia demover ou deslegitimar este governo e as suas medidas de austeridade. Os protestos prosseguiram, mas com menor ímpeto e ligados à reivindicações sindicais.

Notas finais

Neste capítulo, procurou-se inverter a lógica dominante no estudo dos partidos políticos, enquanto atores institucionais, no campo dos movimentos sociais. Como referido inicialmente, nos últimos anos deu-se uma expansão dos quadros interpretativos neste domínio, em que os partidos políticos para além de canalizarem o descontentamento expresso por pelo protesto podem também jogar um papel importante no desenrolar das mobilizações. Dá-se, assim, um alargamento da compreensão das arenas de protesto para além dos movimentos sociais.

No caso português, como já foi demonstrado na literatura, os sindicatos foram os atores dominantes quanto ao volume e número de protestos. Quando comparado com outros casos do Sul da Europa, Portugal apresenta assim um claro domínio de atores institucionais, mas faltava entender qual o papel que os partidos políticos tiveram. Assim, neste texto procurou-se perscrutar de que forma os partidos políticos são atores chave no desenvolvimento de ciclos de protesto para além dos papéis institucionais que lhes são normalmente associados.

Assim, apesar do baixo número de protestos organizados, os partidos políticos de esquerda em Portugal tiveram um papel importante na forma como o ciclo de protesto se desenrolou por via de grupos satélite nas várias fases do processo. Se numa primeira fase os partidos políticos procuraram apoiar e influenciar várias das mobilizações, após vários conflitos internos entre diferentes grupos, com os movimentos sociais a perderem capacidade de mobilização, grupos associados ao Bloco de Esquerda lançaram uma nova

plataforma com o objetivo de relançar o protesto da sociedade civil. A constituição de uma nova plataforma de protesto e contestação da austeridade foi assim resultado das interações e dos seus conflitos entre os vários atores ao longo das fases subsequentes e nas quais os partidos políticos estavam implicados nos bastidores. Deste modo, apesar das teorias de ação coletiva proporem que os ciclos de protesto se tendem a organizar em 3 fases distintas (difusão, exaustão e radicalização-institucionalização) (Tarrow, 2011), estas, para além de não serem automáticas, não estão desligadas das relações que se estabelecem entre atores ao longo do ciclo. Assim, por exemplo, apenas se pode entender o surgimento do QSLT enquanto uma tentativa de recuperação e uma decisão estratégica por parte de atores institucionais do protesto, tendo em conta os problemas que identificavam nas mobilizações precedentes.

Como se destacou na última secção empírica, e em outros estudos (Carvalho, 2022; Portos e Carvalho, 2019; Soeiro, 2014), a dupla afiliação constitui um elemento chave nas relações entre atores institucionais e não-institucionais em Portugal. Assim, a distinção entre *insider* e *outsider* fica aquém na explicação do caso em estudo: os partidos políticos tiveram um papel crucial no ciclo de protesto anti-austeridade. Assim, ao esbater as linhas entre atores, entende-se que ao contrário do que é sugerido pela maioria das propostas delineadas no princípio deste capítulo, mais do que desmobilizar, os partidos tiveram um papel crucial na reestruturação e remobilização da arena de protesto anti-austeridade no período em estudo.

Mostra-se, assim, que no caso português os partidos, ainda que atuem por via de atores associados, tiveram um papel fundamental no ciclo de protesto anti-austeridade. Deste modo, apoiaram movimentos sociais não só através de recursos, mas também providenciando direções estratégicas nos bastidores. Deve-se também acentuar, que apesar de fatores de *path dependence* e continuidade histórica face a mobilizações anteriores, os ciclos de protesto são processos abertos e relacionais que não estão necessariamente definidos à partida. Neste sentido, a evolução da arena de contestação da austeridade em Portugal mostra-nos que ao longo dos ciclos de protesto estas estão continuamente a ser formados e reestruturadas consoante as decisões estratégicas dos atores e das suas relações. Mostra-se, assim, no que ao estudo de ciclos de protesto diz respeito, a necessidade de expandir a diversidade dos ciclos de protesto estudados de modo a perceber o papel desempenhado pela agência e interações entre atores ao definirem as mobilizações de protesto.

Bibliografia

- Accornero, Guya (2018), “The Mediation of the Portuguese Anti-Austerity Protest Cycle: Media Coverage and its Impact”, em Tao Papaioannou e Suman Gupta, *Media Representation of Anti-Austerity Protests in the EU. Grievances, Identity and Agency*, Londres, Routledge, pp. 188–205.
- Accornero, Guya, e Pedro Ramos Pinto (2015), “‘Mild Mannered’? Protest and Mobilisation Portugal under Austerity, 2010-2013”, *West European Politics*, 38 (3), pp. 491-515.
- Almeida, Paul D., e Nella van Dyke (2014), “Social Movement Partyism and the Rapid Mobilization of the Tea Party”, em David. S. Meyer e Nella van Dyke, *Understanding the Tea Party Movement*, Londres, Routledge, pp. 55–72.
- Baumgarten, Britta (2013), “Geração à Rasca and Beyond: Mobilizations in Portugal after 12 March 2011”, *Current Sociology*, 61(4), pp. 457–473.
- Baumgarten, Britta (2016), “Time to Get Re-Organized! The Structure of the Portuguese Anti-Austerity Protests”, *Research in Social Movements, Conflict and Change*, 40, pp. 155–187.
- Baumgarten, Britta (2017), “The Children of the Carnation Revolution? Connections between Portugal’s Anti-Austerity Movement and the Revolutionary Period 1974/1975”, *Social Movement Studies*, 16 (1), pp. 51–63.
- Borbáth, Edre, e Swen Hutter (2020), “Protesting Parties in Europe: A comparative analysis”, *Party Politics*, 27(5), pp. 896–908.
- Cairns, David, Nuno de Almeida Alves, N., Augusta Correia, e Ana Alexandre (2016). *Youth Unemployment and Job Precariousness. Political Participation in the Austerity Era*, Londres, Palgrave Macmillan.
- Carvalho, Tiago (2022), *Contesting Austerity: Social Movements and the Left in Portugal and Spain (2008-2015)*, Amesterdão, Amsterdam University Press.
- Carvalho, Tiago, e Guya Accornero (no prelo). “Anti-Austerity Protests in Portugal”, em David A. Snow, Donatella della Porta, e Doug McAdam, *The Wiley-Blackwell Encyclopedia on Social and Political Movements* (2nd ed.), Oxford, Blackwell.
- Carvalho, Tiago, e Pedro Ramos Pinto (2019), “From the ‘Unfinished Revolution’ to the ‘Defence of the Revolution’: Framing the Transition in Austerity-era Portugal”, em Kostis Kornetis, e Maria Cavallaro, *Lost in Transition? Rethinking the Success Story of Southern European Democratization*, Londres, Palgrave MacMillan.
- de Giorgi, Elisabetta, e José Santana-Pereira (2016), “The 2015 Portuguese Legislative Election: Widening the Coalitional Space and Bringing the Extreme Left in”, *South European Society and Politics*, 21 (4), pp. 451-468.
- della Porta, Donatella, Massimiliano Andretta, Tiago Fernandes, Francis O’Connor, Eduardo Romanos, e Markos Vogiatzoglou (2017), *Late Neoliberalism and its Discontents*.

Comparing Crises and Movements in the European Periphery, Londres, Palgrave Macmillan

della Porta, Donatella, Joseba Fernández, Hara Kouki, e Lorenzo Mosca (2017), *Movement Parties against Austerity*. Cambridge. Polity Press.

Díez, Ruben e Enrique Laraña (2017), *Democracia, Dignidad y Movimientos Sociales. El Surgimiento de la Cultura Cívica y la Irrupción de los «Indignados» en la Vida Pública*, Madrid, CIS.

Fernandes, Jorge, Pedro Magalhães, e José Santana Pereira (2018), “Portugal’s Leftist Government: From Sick Man to Poster Boy?”, *South European Society and Politics*, 23(4), pp. 503–524.

Fernandes, Tiago (2016), “Late Neoliberalism and Its Discontents: The Case of Portugal”, em Donatella della Porta et al, *Late Neoliberalism and its Discontents in the Economic Crisis.: Comparing Social Movements in the European Periphery*, Londres, Palgrave Macmillan, pp. 169–200.

Fishman, Robert M. (2019), *Democratic Practice: Origins of the Iberian divide in Political Inclusion*, Oxford, Oxford University Press.

Flesher Fominaya, Cristina (2020), *Democracy Reloaded: Inside Spain’s Political Laboratory from 15-M to Podemos*, Oxford, Oxford University Press.

Freire, A., & Pereira, J. S. (2016). The Portuguese National Election of 2015: From Austerity to the fall of the Portuguese «Berlin Wall». *Pôle Sud*, 44(1), 143–152.

Goldstone, Jack (2003), “Introduction: Bridging Institutionalized and Noninstitutionalized Politics”, em Jack A. Goldstone, *States, Parties and Social Movements*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1–26.

Goldstone, Jack (2004), “More Social Movements Or Fewer? Beyond Political Opportunity Structures To Relational Fields”, *Theory and Society*, 33(3–4), pp. 333–365.

Goldstone, Jack (2015), “Conclusion. Simplicity vs. Complexity in the Analysis of Social Movements”, em Jan W. Duyvendak e James M. Jasper, *Breaking Down the State. Protestors Engaged*, Amesterdão, Amsterdam University Press, pp. 225–237.

Heaney, Michael. T., e Fabio Rojas (2015), *Party in the Street. The Antiwar Movement and the Democratic Party after 9/11*, Cambridge, Cambridge University Press.

Hutter, Swen (2014), “Protest Event Analysis and its Offspring”, em Donatella della Porta, *Methodological Practices in Social Movement Research*, Oxford, Oxford University Press, pp. 335–367.

Jasper, James M. (2015), “Introduction: Playing the Game”, em Jan W. Duyvendak e James M. Jasper, *Players and Arenas: The Interactive Dynamics of Protest*. Amesterdão, Amsterdam University Press, pp. 9-37.

Kitschelt, Herbert (1993), “Social Movements, Political Parties, and Democratic Theory” *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 528(1), pp. 13–29.

- Koopmans, Ruud (2004), “Protest in Time and Space: The Evolution of Waves of Contention”, em David A. Snow, Sarah A. Soule e Hanspeter Kriesi, *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 19-46.
- Peña, A. M. (2020). Activist Parties and Hybrid Party Behaviours: A Typological Reassessment of Partisan Mobilisation. *Political Studies Review*, 19(4), 637–655. <https://doi.org/10.1177/1478929920952000>
- Piccio, D. R. (2016a). Party Support to Social Movements: an Electoral-Oriented Strategy? *Representation*, 52(2–3), 179–189. <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00344893.2017.1287772>
- Piccio, D. R. (2016b). The Impact of Social Movements on Political Parties. In L. Bosi, M. Giugni, & K. Uba (Eds.), *The Consequences of Social Movements* (pp. 263–284). Cambridge University Press.
- Portos, Martin (2021), *Grievances and Public Protests. Political Mobilisation in Spain in the Age of Austerity*, Londres, Palgrave Macmillan.
- Portos, M., & Carvalho, T. (2019). Alliance building and eventful protests: comparing Spanish and Portuguese trajectories under the Great Recession. *Social Movement Studies*, 1–20. <https://doi.org/10.1080/14742837.2019.1681957>
- Romanos, Eduardo (2016), “Late Neoliberalism and Its Indignados: Contention in Austerity Spain”, em Donatella della Porta et al, *Late Neoliberalism and its Discontents in the Economic Crisis. Comparing Social Movements in the European Periphery*, Londres Palgrave Macmillan, pp. 131–167.
- Soeiro, J. (2014). Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika : Portugal no novo ciclo internacional de protesto. *Sociologia*, 28, 55–79.
- Tarrow, Sidney (1989), *Democracy and Disorder: Protest and Politics in Italy, 1965-1975*, Oxford, Oxford University Press.
- Tarrow, S. (1993). Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention. *Social Science History*, 17(2), 281–307. <http://www.jstor.org/stable/1171283>
- Tarrow, Sidney (2011), *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Tilly, Charles, e Sidney Tarrow, S. (2015). *Contentious politics*, Oxford, Oxford University Press.